

EDUCAÇÃO, ESTADO E GOVERNO: NOTAS¹

Debate ou discussão em teoria social.

GT13: Reforma do Estado, governabilidade e democracia na América Latina.

MARIANA SILVA SANTOS²
CLÁUDIO LÚCIO MENDES³

Resumo:

O artigo objetiva discutir questões teóricas referentes à relação entre educação institucionalizada e Estado, sobretudo no que se refere à escola como instância que promove a subjetivação dos estudantes. Para tanto, utiliza-se algumas noções desenvolvidas por Michel Foucault, como poder, saber e mentalidade de governo. Associado a essa discussão, discute-se a emergência da popularização do ensino público, um dos eventos que contribuíram para a constituição do ambiente escolar como espaço de governo de si e dos outros. Dentro desse quadro de discussão, insere-se o questionamento da possibilidade de uma educação para a emancipação do sujeito, discutindo-se a noção de emancipação a partir de Theodor Adorno.

Palavras-chave: educação, Estado, mentalidade de governo.

1. Introdução

Governar é uma ação que pressupõe o exercício de poder de um indivíduo sobre si mesmo, sobre outro indivíduo ou sobre um grupo de indivíduos. O ato de governar pode ser pensado a partir de vários espaços e temporalidades, respeitadas as nuances de cada contexto histórico. Nesse artigo, o que nos interessa acerca do governo é o que Foucault denominou de *mentalidade de governo*, ou de *governamentalidade*. O primeiro tópico tem como função esclarecer a noção de mentalidade de governo e explorar quais suas possíveis relações com o poder. Para tanto, recorre-se à exposição da emergência da utilização da noção de governo, até que ela adote o sentido contemporâneo, mais estritamente político, o que ocorre em meados do século XVIII. A mentalidade de governo aparece como o estudo das tecnologias utilizadas para se exercer o governo, bem como duas formas distintas de governo, o governo dos outros e o governo de si, e ainda a união dessas duas formas de governo denominada governo de estado. A partir dessas discussões, estabelece-se a relação entre mentalidade de governo e poder. Tal relação será indissociável, uma vez que não é possível pensar uma ação de governo sem o exercício do poder. A questão em destaque nesse momento será a forma como tal poder se manifesta no governo.

Num segundo momento, a discussão será deslocada para a questão da popularização do ensino escolar, que tem início no século XVI e se intensifica com a Revolução Industrial no século XVIII, relacionando esse maior acesso à escola com a necessidade de fazer com que a escola torne-se um lugar de governo, tanto pelo fato de que muitos indivíduos passarão grande parte da sua infância dentro da

¹ A apresentação desse trabalho contou com o apoio da Universidade Federal de Ouro Preto.

² Estudante do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto.

³ Professor Doutor do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto.

escola, quanto pela noção de disciplinar que começa a se tornar imprescindível, como meio e como finalidade do ensino.

No terceiro e último tópico, a questão centraliza-se na possibilidade da existência de uma educação para a emancipação. Sob o amparo teórico de Theodor Adorno, discute-se o que seria uma educação para a emancipação do indivíduo e se ela seria possível num contexto em que o governo e o poder estão presentes em todos os espaços e relações.

2. A noção de mentalidade de governo e sua relação com o poder

Quando falamos em mentalidade de governo, inevitavelmente deslocaremos nossa visão para relações de poder⁴. Sobretudo quando utilizamos Foucault como referencial teórico, é necessário entender que, para tal autor, o governo não só pressupõe a existência de poder como é, em si mesmo, um tipo de poder específico (FOUCAULT, 2008). As noções de governo e mentalidade de governo surgem em decorrência “das insuficiências dos instrumentos teóricos para analisar o poder” (CASTRO, 2009, p. 190). Uma estratégia de governo tem como objetivo final convencer uma população, de que aquele discurso por eles proferido irá levá-los à realização, à felicidade, pretendem fazer com que os governados assimilem as técnicas de governo como um caminho natural e correto a ser seguido por eles. Em suma, uma mentalidade de governo ou governamentalidade pode ser entendida como o conjunto de tecnologias de poder utilizadas pelo Estado para o governo da população.

A fim de iniciar a discussão acerca da noção de *mentalidade de governo*⁵, abordaremos algumas noções importantes para a compreensão da discussão de Foucault. A mentalidade de governo, ou a governamentalidade, foi uma noção desenvolvida por Foucault a fim de estudar uma literatura específica da arte do governo, produzida entre os séculos XVI e XVIII. O fim do século XVI traz consigo a emergência da noção de razão de Estado, que não se limita à ação do príncipe ou do soberano, que seria uma ação voltada para o governo dos outros, mas também ao governo de si mesmo.

Numa tentativa de definir o que seria essa *mentalidade de governo*, Foucault afirma que ela seria “o conjunto de instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas” (FOUCAULT, 2008, p. 143) que controlam a população, que a governam. Define ainda de outra maneira, como o poder conhecido no Ocidente como o governo, nesse caso, o governo sobre os outros, poder esse que possibilitou o surgimento de uma série de saberes. Para Foucault, por mentalidade de governo se “(...) deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco governamentalizado.” (FOUCAULT, 2008, p. 144). Essa mentalidade de governo seria, também, o encontro de duas formas de governo, o dos outros e o governo de si.

Mentalidade de governo é uma maneira de estudar a emergência das tecnologias de governo. Foucault estuda diferentes modelos de tais mentalidades, passando pela forma arcaica reconhecida no poder pastoral; a forma moderna que remete à racionalidade governamental, compreendida entre os

⁴ A obra de Foucault divide-se em três momentos, ou em três formatos metodológicos, a saber: a arqueologia, a genealogia e a ética. A noção de poder aqui trabalhada emerge no momento em que Foucault adota a genealogia como método de análise. Sendo assim, o poder aqui será tratado como tecnologia, como tática e estratégia, não como algo negativo como era adotado na arqueologia.

⁵ Sobre a noção de “mentalidade de governo”, ela é encontrada também como “governamentalidade” em algumas obras traduzidas de Foucault e de seus comentadores. É apenas uma questão de tradução das obras do autor do francês para o português. A tradução literal de *gouvernementalité* consta nas obras como o neologismo “governamentalidade”, sobretudo nas obras de Alfredo Veiga-Neto e Tomaz Tadeu da Silva.

séculos XVI e XVIII, ligada ao modelo econômico familiar no século XVI, e à noção de soberania a partir do XVII; a mentalidade liberal que emerge em meados do XVIII, momento em que há uma expansão demográfica e inicia-se o desenvolvimento de uma noção diferenciada de governo, de uma ciência de governo, além de mudanças na concepção de economia⁶ (CANDIOTTO, 2010). Superada essa forma de governo, sobrepõe-se a mentalidade neoliberal, que perdura até a contemporaneidade (SANTOS, 2010).

Podemos entender a mentalidade de governo como um processo histórico. Por meio desse processo, três Estados se constituíram: o soberano, o administrativo, e o de governo. Para entender o Estado soberano, podemos nos remeter à obra clássica de Nicolau Maquiavel, *O Príncipe*. O príncipe é a representação desse Estado soberano, um estado que exercia a soberania absoluta e esperava a submissão absoluta de seus súditos. O governo do soberano era ameaçado pelos inimigos do mesmo, alocados dentro do território comandado pelo príncipe (AVELINO, 2008).

No Estado administrativo, o poder não mais se detém apenas na mão de um ser único, como ocorria no Estado soberano. Essa forma de governo admite variadas formas de poder, advindas de diferentes origens. Aqui, o professor e o pai de família também exercem poder, sendo o príncipe apenas uma fonte de poder dentre outras várias. Sendo assim, “o objeto do poder soberano, que era constituído pelo território e, por inclusão, seus habitantes, é deslocado para as relações que os diversos indivíduos estabelecem entre si.” (AVELINO, 2008, p. 49). No Estado administrativo surge a preocupação com o bem-estar do indivíduo, com a conduta da população. Nesse momento, o Estado contará, portanto, com a ajuda da polícia, que o auxiliará na conduta da conduta dos indivíduos.

Viveríamos sob essa mentalidade de governo a partir do século XVIII. Como já mencionado acima, o século XVIII é palco de uma expansão demográfica acentuada. Essa expansão irá modificar a forma de Estado, a forma de governo. Governar um maior número de indivíduos exige que algumas preocupações até então inexistentes ou sem importância surjam como essenciais. Um grande número de pessoas consome mais, comporta-se de maneira diversa, reproduz mais indivíduos. Sendo assim, a estratégia do Estado de governo é utilizar a família como aliada no processo de controle da conduta. “Não é mais a família, mas a população que se tornará o objetivo último do governo: governar será, doravante, zelar pelo destino de uma população, sua saúde e sua duração de vida. A população foi, portanto, o meio de generalização das artes de governar, o desbloqueador da governamentalização do Estado.” (AVELINO, 2008, p. 49).

A palavra “governar” só atinge seu significado político a partir do século XVI. Afirma Foucault (2008), baseado no estudo de dicionários e obras literárias, que “governar” era uma noção utilizada, no século XVI e XVII, para ações materiais e morais. As referências materiais seriam seguir um caminho, alimentar, tirar sustento de algo. As referências morais constituem-se em conduzir alguém, podendo também referir-se a uma relação entre indivíduos, como um simples diálogo até um comércio sexual. A noção era, então, basicamente, centralizada no “controle que se pode exercer sobre si mesmo e sobre os outros, sobre seu corpo, mas também sobre sua alma e sua maneira de agir.” (FOUCAULT, 2008, p. 164). Visualizando essas possíveis utilizações para o termo, podemos realizar uma ligação entre a noção inicial de governo e a popularização do ensino. Ora, se a escola começa a se massificar no XVI e temos aí um período de emergência da noção de governo, é interessante determo-nos brevemente nessa suposta coincidência.

O governo, para Foucault, é o governo dos homens. Governar seria então estabelecer uma relação de poder de um homem em relação a outro ou outros. Sendo assim, não poderíamos afirmar que

⁶ Agora não mais centrada no modelo da família.

a escola exerce o poder sobre os seus alunos, mas que alguém sob o pano institucional da escola relaciona-se com esses alunos de forma a regular a conduta destes. Em suma, o que se ressalta é que quem são governados são os homens⁷.

3. A massificação do ensino e a escola como espaço de governo

Realizando uma rememoração superficial do contexto histórico do final do século XVI, nos deparamos com a crise do sistema feudal e uma mudança nas formas de administração e remodelação religiosa. É o momento em que a Reforma Protestante eclode, com a resposta da Reforma Católica. Esses acontecimentos provocam algumas problematizações em diversas áreas sociais. Como e por quem os indivíduos serão agora governados? A ocorrência dessas reformas determina o retorno do modelo pastoral de poder, que seria o poder por meio do qual o pastor cuidará de suas ovelhas. Essa noção pastoral do poder possui uma clara conotação religiosa, e o pastor orienta a conduta dos seus para a salvação. O poder pastoral se exerce não sobre um território, como ocorre com o poder soberano, mas sobre os indivíduos. Não se pretende combater inimigos, mas cuidar bem daqueles que lhe foram destinados.

Na área religiosa, como é sabido, há uma perda da soberania católica, que é contestada e compartilhada a partir de tal momento com as crenças protestantes. A Reforma Protestante acabará por influenciar de forma direta na educação. O ensino, que antes era destinado a alguns poucos pertencentes às elites econômicas, agora passa a ser destinado também àqueles menos providos de recursos econômicos. A Reforma, idealizada por Lutero, reclamava a todos o direito de alfabetização, sob a alegação de que a salvação se daria pelo conhecimento da palavra, e esse conhecimento se daria pela autonomia na leitura e compreensão da Bíblia. Os protestantes começam a construir suas igrejas e constroem, juntamente, escolas de sua confissão. Além do incremento na alfabetização, Lutero traduziu a Bíblia para o alemão, uma vez que ela era disponibilizada apenas em latim, o que limitava o acesso. A invenção da imprensa, a essa época, também auxiliou na repercussão das ideias de Lutero (GAUTHIER, 2010). No momento da Reforma, ser alfabetizado era um estado quase necessário à conversão. A escola era um instrumento para que os crentes encontrassem a verdadeira fé (HÉBRARD, 1990).

Nesse sentido, percebemos o contexto de ampliação da escola para um público maior como um artefato religioso, o que nos permite vislumbrar uma possível orientação para o aprendizado. Ora, se quem estava proporcionando o aprendizado era uma crença específica, era de se esperar que essa alfabetização e esse ensino fossem carregados de ensinamentos de outra ordem, no caso, de uma ordem religiosa, tendendo aos ensinamentos protestantes. Esse exercício de deslocamento na origem da popularização da educação teve como função mostrar que a educação dificilmente se dará desprovida de alguma ideologia, de alguma intenção de doutrinação.

Dessa forma, podemos pensar a escola como uma instituição que necessita do exercício do poder para que sua função disciplinar e conseqüentemente pedagógica seja cumprida. A escola pode ser entendida como uma instituição de sequestro, bem como o exército, o hospício, o hospital, que são instituições que pretendem controlar os indivíduos que nelas se encontram. Para que essa intenção de controle seja efetiva, algumas ações devem ser garantidas, ações essas que se modificam ao longo dos séculos. As formas de vigilância, controle e punição dessas instituições modificaram-se

⁷ Foucault afirma: “(...) nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades.” FOUCAULT, 2008, p. 164).

consideravelmente entre os séculos XVII ao XX (FOUCAULT, 2008). As técnicas de disciplinamento que inicialmente consistiam em violência e castigos corporais, passam a ser mais sutis, menos dolorosas, desvinculando a ideia de poder à necessidade de produzir dor física. As mentalidades são controladas a fim de que se produzam corpos disciplinados, dóceis.

Quanto mais imperceptível é o meio de controlar, mais difícil torna-se questioná-lo e combatê-lo. Modificar a estratégia de poder da violência para a docilização é uma economia, uma vez que o terror e a violência destroem, enquanto a disciplina produz (VEIGA-NETO, 2007). O que essa afirmação quer dizer é que, uma vez que se investe em disciplinar, não será necessário o investimento em punição. A escola moderna é, segundo Foucault, a mais ampla e universal máquina capaz de fazer dos corpos o objeto de poder disciplinar e torná-los dóceis. Isso porque, depois da família, a escola é a instituição de sequestro na qual as crianças passam o maior tempo de suas vidas (VEIGA-NETO, 2007). Nesse sentido, é possível entender porque,

graças ao seu caráter sequestrante , abrangente e individualizante (e, ao mesmo tempo, coletivizante), a escola se tornaria a instituição talvez mais importante para colocar tudo isso em movimento . Ela funcionou – e continua funcionando – como o lugar privilegiado para a invenção e experimentação dos novos saberes e para a intervenção do Estado e de suas políticas que visam à segurança da população. (VEIGA-NETO, 2007, p. 57-58)

A escola possui um caráter universal e, ao tratarmos de temáticas relacionadas a ela muitos relutam em problematizar sua organização pela falsa ideia de que ela é eterna e existe desde o início da humanidade. Ora, precisamos entender, alertam Júlia Varela e Fernando Alvarez-Uria (1992), que a escola não existiu sempre, que ela, como tantas outras instituições, passou por processos de construções, contextualizações e adaptações. No que se refere ao seu funcionamento, o disciplinamento e o controle são intenções recorrentes para a efetivação do aprendizado. Muitas estratégias são adotadas, como o posicionamento das carteiras em fila para que se visualize e controle o contato entre os pares. Os mestres ocupam uma posição destacada, por vezes fisicamente elevada, para produzir a ilusão de autoridade. Em *Vigiar e Punir*, Foucault nos apresenta o panóptico, idealizado por Jeremy Bentham no século XIX, uma máquina óptica que permite observar sem ser observado. Existia a intenção de muitos serem observados e controlados por poucos, o que proporcionaria uma economia do trabalho daquele que vigiava e controlava. Às vezes, o simples pensamento daqueles que estavam sendo controlados de que poderiam ser observados os impedia de alguma atitude de indisciplina ou resistência. A simples ideia de um castigo ou punição, a simples possibilidade⁸ de ter um olho ativo punitivo impedia ações de rebeldia.

⁸ O panóptico não permitia que aqueles que estavam sendo observados soubessem se havia alguém observando ou não. Dessa forma, a simples ideia da presença do observador ou a incerteza se ele estaria ou não em seu posto possibilitava o controle.

4. Uma educação para a emancipação⁹

Problematizando Adorno a partir da noção de mentalidade de governo, levanta-se a seguinte questão: é possível pensar em um indivíduo educado para a emancipação a partir da afirmação da existência de uma mentalidade de governo? A partir das contribuições de Theodor Adorno, podemos pensar uma educação para a emancipação como conscientização e racionalização. O movimento emancipatório exige adaptação, isto é, ter consciência do lugar ideológico que se encontra e adaptar a hegemonia existente. Para Adorno, emancipar não é necessariamente romper com a hegemonia. Adorno questiona para onde a educação deve conduzir, suscitando outras questões a partir da leitura de sua obra, como: é preciso educar? Educar para quê? Existe uma educação emancipatória? É possível um ser educado emancipar-se? Tais questões são aqui pontuadas apenas como forma de reflexão, não necessariamente como perguntas a serem respondidas.

Para Adorno, educação seria

não a assim chamada modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir do seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a produção de uma consciência verdadeira. Isto seria inclusive da maior importância política; sua ideia, se é permitido dizer assim, é uma exigência política. Isto é: uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito, demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado. (ADORNO, 1995, p. 141-142)

Adorno refere-se a uma educação dentro de um sistema político democrático. Numa democracia, ele afirma, deveria ser evidente a necessidade de uma educação para a emancipação. Afirma ainda que a educação exerça um papel de destaque na vida dos indivíduos, a ideologia dominante será algo que supera a educação no que se refere à pressão exercida sobre as pessoas. Para iniciar o processo da emancipação seria preciso extirpar a ideia de talento das escolas. Adorno refuta a ideia de que as pessoas nasçam com alguma predestinação ou com diferentes talentos. Para ele, o talento constitui-se em função de mecanismos sociais.

A própria literatura pedagógica, dirá Adorno, traz termos como *autoridade*, *compromisso*, em lugar de *emancipação*. Esses termos não ajudam em nada o desenvolvimento de uma democracia, eles barram a possibilidade da emancipação que é, segundo ele, imprescindível para o sucesso de um governo democrático. Algumas estruturas, como a moral cristã, impedem o desenvolvimento da emancipação e da autonomia. A autonomia, dirá Lichtenstein¹⁰, significa autolegislação, o que traz, por si só, confusão. Adorno provoca: confusão para quem? Talvez seja confusão para o governo, uma vez que conferir autonomia aos indivíduos reduz a possibilidade de execução do objetivo de normalização, tornando mais difícil o controle dos sujeitos.

⁹ Sobre a questão da emancipação há uma discussão desenvolvida por István Mészáros, em “A educação para além do capital”, em que ele associa a impossibilidade da emancipação dos indivíduos diretamente ao sistema capitalista. Cf. MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

¹⁰ Adorno chama esse autor ao seu texto para criticar como a questão da emancipação é tratada na literatura pedagógica.

Apoiado em Kant, Adorno afirma que a emancipação não é uma categoria estática, mas um vir-a-ser, uma categoria dinâmica. Na sociedade em que se vive atualmente, seria impossível existir conforme determinações individuais, uma vez que “a sociedade forma as pessoas mediante inúmeros canais e instâncias mediadoras, de um modo tal que tudo absorvem e aceitam nos termos desta configuração heterônoma que se desviou de si mesma em sua consciência.” (ADORNO, 1995, p. 181). A educação para a emancipação só seria possível, segundo Adorno, se as pessoas orientassem sua energia a fim de transformar a educação numa educação para a contradição e a resistência. Ele propõe o conflito como um movimento produtivo.

A educação forma para a necessidade do momento. Por isso as políticas tornam-se obsoletas. Programas de educação propostos pelo estado, imbuídos da ideologia do estado, não configuram emancipação. A ideologia vem pronta do Estado, e os indivíduos, nesse caso os professores, teriam meios para modificá-la? Talvez, por meio da crítica dos modelos a crítica dos modelos políticos de formação seja possível obter algum êxito. Para esse fim, poderiam se utilizar de ações contra-hegemônicas que furem a hegemonia, no entanto, essas ações, uma vez que atuantes e dominantes, se tornarão hegemonia também.

Retomando a questão colocada inicialmente nesse tópico, mas sem a pretensão de esgotar a discussão, podemos esboçar algumas considerações. A primeira delas refere-se ao fato de que, para Foucault, não existe o indivíduo autônomo, independente ou livre de quaisquer instituições. O indivíduo enquanto ser social está sempre inserido em alguma instituição e, segue normas e regras sociais. Não é possível pensar, então, num ser totalmente livre e alheio a alguma outra ordem. A segunda consideração refere-se à constatação de que, pensando por exemplo, nas políticas liberais e neoliberais, a liberdade está a serviço da construção da ideia de um sujeito livre, que não é de fato livre, mas uma vez que se acreditar sendo-o, não haverá porque lutar para sê-lo.

Pensar uma educação para a emancipação não se faz possível a partir do momento em que constatamos ser a educação, por vezes, uma estratégia voltada para o preenchimento da demanda de mercado de um determinado contexto. Uma educação que necessita de exames promovidos pelo estado para testar a própria eficiência do estado e, assim, liberar e aumentar a quantidade do capital empregado nessa educação. Por vezes vislumbra-se ainda uma educação totalmente vinculada aos meios de comunicação em massa, que convencem seus espectadores de que, uma vez que você tenha determinado curso técnico, por exemplo, seu futuro emprego e sua conseqüente felicidade oriunda da grande massa de dinheiro que você supostamente ganhará estão garantidos. Nesse contexto político em que a educação e o mercado se confundem e se complementam, pensamos, a partir de uma inspiração foucaultiana, que a utopia da emancipação é inalcançável.

Pensando a educação a partir do modelo neoliberal de governo, é possível afirmar que ela

(...) deixa de ser definida como um espaço público de discussão, como uma instituição pertencente à esfera política, e passa a ser definida como um bem de consumo, no qual estudantes e pais figuram como consumidores individuais e isolados em busca de seus supostos direitos de consumidores. Nesse processo, tendem a ser suprimidas categorias e conceitos com os quais tendíamos a encarar a educação institucionalizada – justiça, igualdade –, deslocados em favor de outras categorias e conceitos – mercado, consumidor, qualidade total. Como resultado, temos uma nova ‘realidade’ linguisticamente definida, que, ao

reprimir e tornar impossível qualquer forma alternativa de pensar e dizer, nos aprisiona na única forma que parece possível. (SILVA, 2010, p. 255).

No mesmo sentido em que afirma Tomaz Tadeu da Silva (2010), na citação acima exposta, Krawczyk (2010, p. 71) alerta que, nesse movimento de descentralização da escola para as mãos do mercado, “os direitos individuais do consumidor passam a prevalecer sobre os direitos sociais de educação do cidadão”. Não se pretende, ao afirmar que a educação para o mercado impede que os indivíduos sejam autônomos ou emancipados, culpabilizar o modelo neoliberal de governo por tal impossibilidade. O sistema neoliberal não é culpado de nada, aliás, não se fala em culpabilização ou responsabilização aqui, mas de uma engrenagem composta por vários indivíduos e mecanismos que, ao final, resulta no modelo neoliberal.

A questão da educação como mercado pode ser entendida como uma consequência da forma de governo. Se tudo é guiado pelo capitalismo, a educação também o será, sendo tratada como produto, utilizando a linguagem de um estabelecimento comercial, sendo dos que dela desfrutam exigidos resultados quantitativos. Maurer (2008, p. 140) afirma que há uma conexão entre as noções de emancipação e neoliberalismo, mas é uma conexão realizada pela ilusão da liberdade. Em outras palavras, o neoliberalismo transmite aos indivíduos a sensação de liberdade, emancipação e autonomia, mas na prática, como toda política, como um mecanismo que pretende conduzir a conduta, ele pauta-se em dominação e controle dos sujeitos. Pensar a política educacional

a partir de uma perspectiva da governamentalidade centraliza o uso da liberdade como um recurso de estado, da constituição e regulação do eu, do desenvolvimento de subjetividades e da ativa formação do cidadão. Ela também coloca nossa atenção na reforma do cidadão, na modernização do cidadão de antigos projetos, na reengenharia do cidadão para harmonizá-lo com os projetos atuais da razão estatal. (DOHERTY, 2008, p. 211)

A partir dessa citação podemos perceber a dificuldade, ou a impossibilidade, de uma educação para a emancipação. Foucault, ao falar da educação liberal, afirma que ela pretendia produzir indivíduos autônomos, porém, qualquer noção desse tipo é impossível de ser levada em consideração (MARSHALL, 2010). Mesmo essa pretensa liberdade oferecida ao sujeito proposta pelas vertentes políticas liberais é um recurso de estado, como afirma Doherty. As tecnologias de dominação¹¹ intentam fazer com que o indivíduo seja um aliado do Estado. Isso posto, é possível afirmar que os indivíduos não são livres e autônomos, mas foram formados, subjetivados sob essa ideia, o que faz com que passem a pensar que são livres e autônomos. A partir do momento que os indivíduos se supõem livres, não há motivos para se insurgirem contra o Estado, tornam-se dóceis, controlados, produtivos (MARSHALL, 2010).

Foucault afirma que o poder só pode ser exercido a partir daqueles sujeitos que estão, de certa forma, livres. Essa liberdade aqui proposta deve ser entendida como possibilidade de ser governado. Pensemos em um assalto à mão armada. Um homem que está subjugado sob a mira de uma arma, por exemplo, não possui muitas opções a não ser obedecer ao seu agressor. Quando não há opções de conduta, quando não nos relacionamos com um campo de possibilidade de ações, não há, então, como exercer o governo ou o poder. O governo e o poder dependem, portanto, da liberdade, uma liberdade no

¹¹ As tecnologias de dominação utilizadas pelo Estado.

que se refere à diversidade de condutas possíveis dentro de um determinado esquema ou sistema. O governo atua como um mecanismo que auxilia o sujeito a construir sua identidade. Sendo assim, produz-se sujeitos semelhantes, normaliza-os.

5. Considerações finais

A partir das discussões aqui desenvolvidas, retomamos a questão central do artigo: é possível que a mentalidade de governo e a proposta de uma educação para a emancipação coexistam? A resposta, dentro do cenário atual de educação, é facilmente dada. A partir da definição da noção de emancipação para Adorno, e da noção de mentalidade de governo para Foucault, podemos conferir a tal questão uma resposta negativa. Mesmo sabendo que tais autores pertencem a correntes distintas de pensamento, articulá-los não é uma tarefa impossível, haja vista que ambos focalizam suas produções em questões contemporâneas à sua época. Uma marcante diferenciação entre esses dois pensadores refere-se à noção de ideologia. Adorno defende a ideia de uma ideologia que impede a visão e a consciência das pessoas, que as impeçam de ter conhecimento daquilo que está por trás das políticas. Foucault discorda dessa noção de ideologia como mecanismo para falsear a verdade. Para Foucault, tudo está claro, nada está oculto, e o meio para se enxergar e compreender os processos e a intelectualidade.

A educação dificilmente se dará desprovida de alguma ideologia, de alguma intenção de doutrinação. Sendo assim, não é tarefa fácil educar sujeitos para a autonomia, para o total não pertencimento aos sistemas políticos e sociais introduzidos pelas instituições de sequestros. A própria política educacional é uma potente forma de governo do outro. Não existe para Foucault o sujeito autônomo, como foi aqui explicado, nem mesmo nos sistemas de governo oriundos do liberalismo, que seriam pretensos sistemas de liberdade, sistemas que constroem no indivíduo a ilusão de seres livres.

Fica a questão da real necessidade do governo. Será que é realmente necessário governar? E será que todo esse controle e orientação há tanto tempo estratificados permitem alguma brecha, alguma rachadura na estrutura? A grande questão aqui é que, caso sempre se pense que tudo está dado, construído e arrematado, nunca haverá uma mudança e a possibilidade de uma educação para a emancipação, permanecendo o mesmo cenário por anos infintos. Pensar na emancipação, como propõe Adorno, como algo da racionalidade e da consciência, conjugado ao reconhecimento da existência de uma mentalidade de governo nos processos educativos por meio da intelectualidade¹², tornaria talvez possível a educação voltada para a emancipação.

Referências

ADORNO, T. W. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AVELINO, G. O. *Anarquismos e Governamentalidade*. 2008. Tese (doutorado). Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

CANDIOTTO, C. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. *Filosofi a Unisinos*, 11(1):33-43, jan/abr 2010.

¹² Fazendo aqui uma apropriação das ideias de Foucault.

CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2009.

DOHERTY, R. A. Uma política educacional criticamente formativa: Foucault, discurso e governamentalidade. In: PETERS, Michael A.; BESLEY, Tina (Org.). *Por que Foucault?* Novas diretrizes para a pesquisa educacional. Porto Alegre: Artmed, 2008. p.201-212.

DREYFUS, P.; RABINOW, H. L. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do existencialismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. Aula de 8 de fevereiro de 1978. In: FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p.155-180.

_____. A governamentalidade. In: FOUCAULT, Michael. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012. p. 277-295.

_____. Soberania e disciplina. In: FOUCAULT, Michael. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012. p. 179-191.

_____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 1987.

KRAWCZYK, N. R. Em busca de uma nova governabilidade na educação. In: OLIVEIRA, D. A. *Política e Gestão da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 61-74.

MARSHALL, J. Governamentalidade e Educação Liberal. In: SILVA, T. T. *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p.21-34.

MAURER, S. Pensando a governamentalidade “a partir de baixo”: o trabalho social e os movimentos sociais como atores (coletivos) em ordens móveis/ móveis. In: PETERS, Michael A.; BESLEY, Tina (Org.). *Por que Foucault?* Novas diretrizes para a pesquisa educacional. Porto Alegre: Artmed, 2008. p.134-146.

SILVA, T. T. O sujeito da educação. In: SILVA, T. T. *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 247-258.

VEIGA-NETO, A. *Foucault e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VEIGA-NETO, A.; LOPES, M. C. Inclusão e governamentalidade. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 947-963, out. 2007.